



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



## CONTEÚDO LOCAL

**Luiz Henrique Bispo**

*18 de setembro de 2019, Rio de Janeiro*

1. Fundamento - Resolução CNPE n.º 19/2018
2. Evolução das regras
3. Definições contratuais
4. Cláusula de Conteúdo Local
5. Área unitizável
6. Considerações Finais



## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

### RESOLUÇÃO Nº 6, DE 17 DE ABRIL DE 2019.

Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa para realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção.

§ 7º O Conteúdo Local mínimo obrigatório a ser exigido nas áreas de Búzios, Itapu e Sépia atenderá aos seguintes critérios:

I - Etapa de Desenvolvimento da Produção: com o mínimo de (25%) vinte e cinco por cento para Construção de Poço; de (40%) quarenta por cento para o Sistema de Coleta e Escoamento; e de (25%) vinte e cinco por cento para a Unidade Estacionária de Produção; e

II - os percentuais mínimos de Conteúdo Local obrigatório, definidos no inciso I, não serão passíveis de mecanismos de isenção de cumprimento dos compromissos assumidos (waiver).

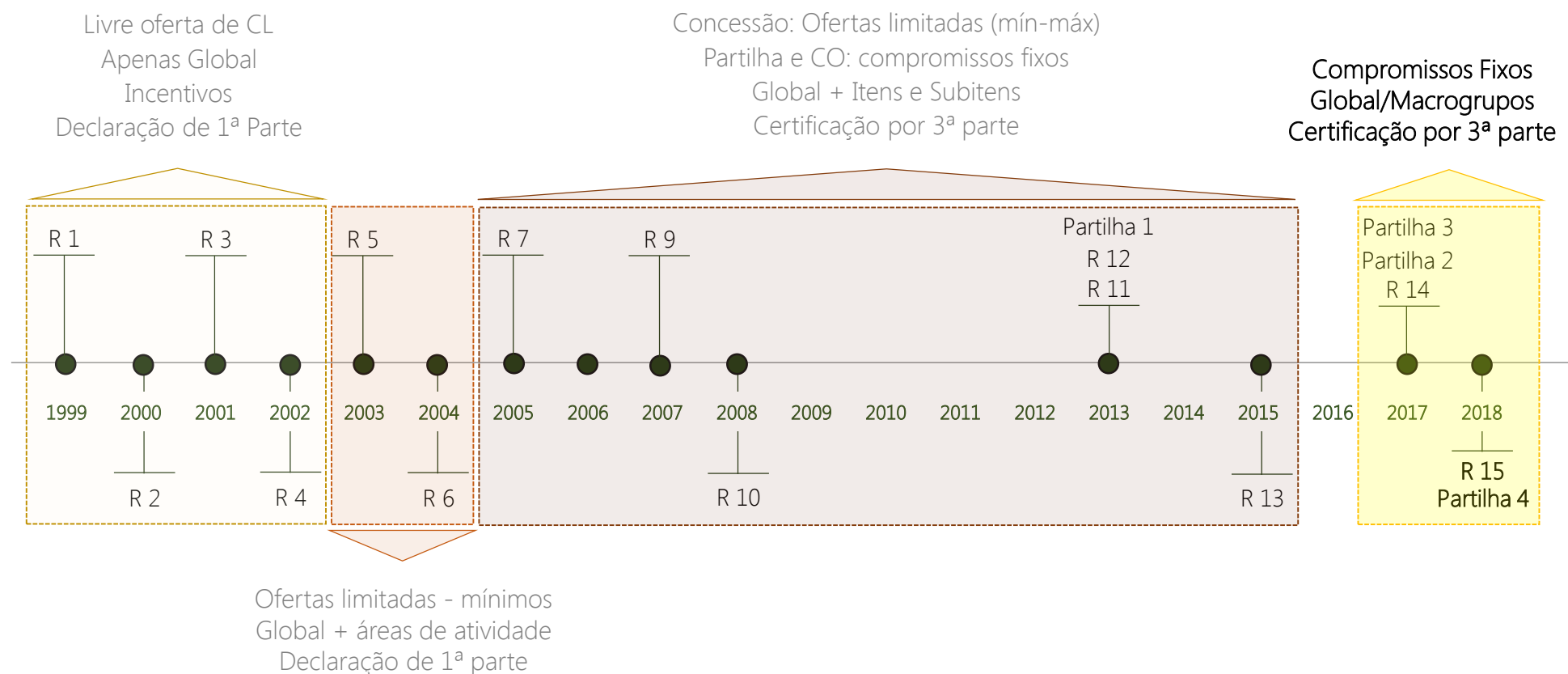
§ 8º O Conteúdo Local mínimo obrigatório a ser exigido na área de Atapu deverá atender às condições exigidas a esse título no Contrato da respectiva área adjacente, denominada Oeste de Atapu.

# Principais definições para Búzios, Atapu e Sépia

- Conteúdo local não será critério da licitação
- Compromissos mínimos fixos
  - Etapa ou Módulo de Desenvolvimento
    - Construção de poço: 25%
    - Sistema de Coleta e Escoamento: 40%
    - Unidade Estacionária de Produção: 25%
- Compromissos não serão passíveis de isenções (*waivers*)
- Apuração será feita após acordo de coparticipação, em conjunto com gastos realizados na área desde a Declaração de Comercialidade

# Evolução das regras

- Exigências aplicáveis desde a 1ª Rodada de Licitações, em 1999



- 1.2.18. **Fornecedor Brasileiro:** qualquer fabricante ou fornecedor de bens produzidos ou serviços prestados no Brasil, através de sociedades empresárias constituídas sob as leis brasileiras ou aquelas que façam uso de bens fabricados no País sob regimes aduaneiros especiais e incentivos fiscais aplicáveis à indústria de Petróleo e Gás Natural.
- 1.2.22. **Macrogrupo:** conjunto de bens, serviços e equipamentos, adquiridos ou contratados pelos Concessionários, para a execução das atividades nos segmentos definidos neste Contrato com compromissos específicos de Conteúdo Local.
- 1.2.39. **Relatório de Conteúdo Local:** documento a ser entregue pelo Concessionário à ANP em que são detalhados os valores despendidos para fins de apuração de Conteúdo Local.
- 1.2.40. **Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local:** parecer técnico emitido pela Coordenadoria de Conteúdo Local, que avalia o cumprimento dos compromissos contratuais declarados pelo Operador no Relatório de Conteúdo Local, prévio à instauração de eventual processo sancionador;

# Cláusula de Conteúdo Local

## Compromisso do Concessionário

- Estabelece os percentuais mínimos obrigatórios, a preferência de contratação de fornecedores brasileiros, e a obrigação de apresentação de informações à ANP

## Aferição de Conteúdo Local

- Trata da forma de comprovação e dos marcos temporais para aferição dos compromissos de Conteúdo Local

## Excedente de Conteúdo Local

- Define as regras para Transferência de Excedente de Conteúdo Local

## Multa pelo Descumprimento

- Apresenta a metodologia de cálculo da penalidade associada ao descumprimento do compromisso contratual

# Cláusula de Conteúdo Local

## Compromisso do Concessionário

- Estabelece os percentuais mínimos obrigatórios, a preferência de contratação de fornecedores brasileiros, e a obrigação de apresentação de informações à ANP

- Compromissos mínimos

Mar	Exploração		18%
	Desenvolvimento da Produção	Construção de Poço	25%
		Sistema de Coleta e Escoamento	40%
		Unidades de Produção	25%



# Cláusula de Conteúdo Local

## Compromisso do Concessionário

- Estabelece os percentuais mínimos obrigatórios, a preferência de contratação de fornecedores brasileiros, e a obrigação de apresentação de informações à ANP
- Procedimentos de contratação devem incluir participação de fornecedores brasileiros entre empresas convidadas a apresentar proposta
- Garantia de preferência à contratação de fornecedores nacionais com condições de preço, prazo e qualidade melhores ou equivalentes às de fornecedores estrangeiros
- Obrigação de apresentação de Relatórios para fins de acompanhamento do Conteúdo Local.

# Cláusula de Conteúdo Local

## Aferição de Conteúdo Local

- Trata da forma de comprovação e dos marcos temporais para aferição dos compromissos de Conteúdo Local

- Comprovação por meio de **certificados** emitidos por empresas acreditadas pela ANP
- Marcos de aferição:
  - Encerramento da Fase de Exploração
  - Encerramento de cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento
  - Encerramento da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular

## Aferição de Conteúdo Local

- Trata da forma de comprovação e dos marcos temporais para aferição dos compromissos de Conteúdo Local

- Para fins de aferição, a Etapa de Desenvolvimento tem início na Declaração de Comercialidade e fim, para cada Módulo, na primeira das seguintes ocorrências:
  - 10 (dez) anos após a Extração do Primeiro Óleo
  - Desistência do Desenvolvimento ou Módulo
  - Realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo
- UEP: não devem ser contabilizados, para fins de apuração de Conteúdo Local, os dispêndios relativos à taxa de operação da Unidade.

# Cláusula de Conteúdo Local

## Excedente de Conteúdo Local

- Define as regras para Transferência de Excedente de Conteúdo Local

- Transferência permitida entre Fase de Exploração e Etapa ou Módulo da Etapa de Desenvolvimento subsequente, a critério do concessionário
- **Excedente** verificado em Módulo da Etapa de Desenvolvimento **poderá ser transferido apenas para o mesmo Macrogrupo** do módulo subsequente
- **Solicitação de transferência de excedente** deverá ser apresentada à ANP após o recebimento, pelo Operador, **do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local** da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular

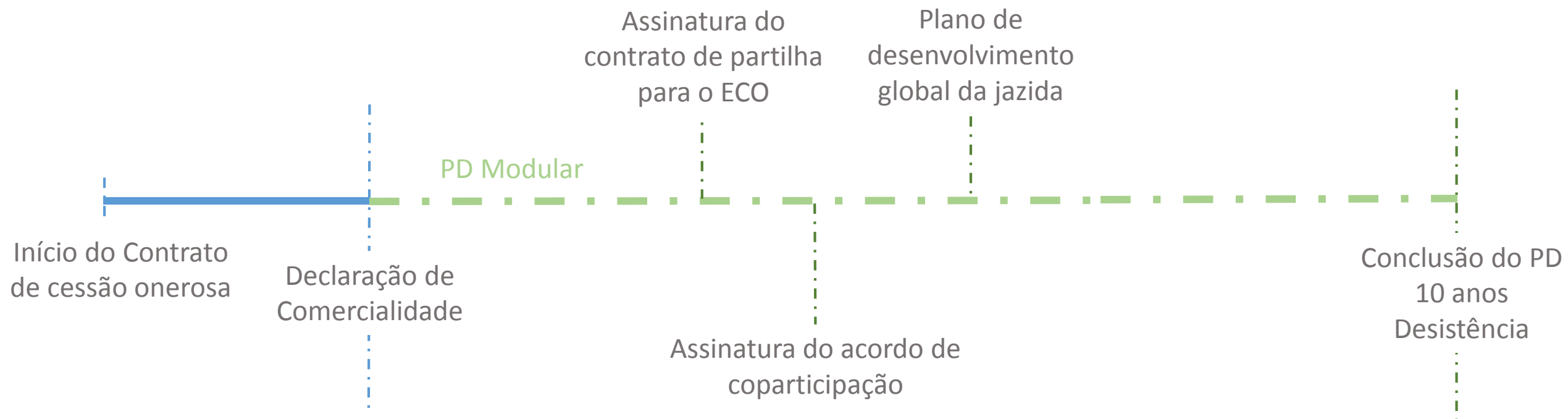
## Multa pelo Descumprimento

- Apresenta a metodologia de cálculo da penalidade associada ao descumprimento do compromisso contratual
- Metodologia, conforme recomendação da Resolução nº 01/2017 do PEDEFOR:
  - $\% \text{ NR} < 65\%$  do Conteúdo Local Mínimo: multa será de 40% sobre o valor do Conteúdo Local Não Realizado
  - $\text{NR} \geq 65\%$ : multa crescente a partir de 40%, atingindo 75% do valor de Conteúdo Local Mínimo, no caso de 100% de Conteúdo Local Não Realizado

# Marco de apuração

## EXPLORAÇÃO

## DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO



- Não seria possível interromper a janela temporal do contrato de cessão onerosa
- Não seria correto do ponto de vista da Regulação manter a janela temporal única do contrato de cessão onerosa e iniciar nova janela para ECO, pois as partes teriam incentivos distintos para realização de aquisições com conteúdo local

- Condições do contrato de Oeste de Atapu
  - 2ª Rodada de Partilha
  - Compromisso para Etapa de Desenvolvimento: 30%
  - Apuração será feita após acordo de coparticipação e eventual AIP ou CIP, em conjunto com gastos realizados na área desde a Declaração de Comercialidade

# Considerações finais

- Modelo para Búzios, Itapu e Sépia vem sendo adotado desde a Rodada 14
  - **Compromissos amplos**, permitindo flexibilidade para as contratações de acordo com a dinâmica do mercado
  - **Compromissos fixos**, evitando riscos de ofertas de difícil cumprimento
  - **Sem mecanismo de *waiver***, reduzindo incerteza jurídica para concessionários e fornecedores, e eliminando problemas associados a decisões sobre o tema
- Modelo para Atapu busca simplificar e facilitar unitização





MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL